



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ALERJ

CONCURSO PÚBLICO 2025

NÍVEL SUPERIOR – MANHÃ

ESPECIALISTA LEGISLATIVO - NÍVEL IV CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA
TIPO 1 (BRANCA)



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas e uma folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: o Texto a seguir se refere às seis próximas questões.

Iniciativas que estão transformando a Educação no Rio

Atualmente, diversas iniciativas estão transformando a educação no Rio de Janeiro, proporcionando novas abordagens que impactam positivamente alunos e professores. Programas inovadores estão sendo implementados para criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo.

Uso de Tecnologia Educacional

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva. Isso não só facilita o acesso ao conhecimento, como também estimula a autonomia.

Projetos Sociais e Comunitários

Iniciativas sociais, como projetos que envolvem a comunidade local, têm mostrado resultados promissores. Programas de reforço escolar, atividades extracurriculares e parcerias com ONGs ajudam a complementar a educação formal e oferecem suporte adicional aos estudantes.

Formação Continuada de Professores

A formação continuada de professores é outra peça fundamental nesta transformação. A capacitação em novas metodologias e tecnologias de ensino prepara os educadores para lidar com os desafios atuais, oferecendo auxílio para que eles possam explorar todo o potencial de seus alunos.

Essas iniciativas, quando unidas, criam um ecossistema mais forte para a educação no Rio, contribuindo para uma aprendizagem mais rica e efetiva. A comunidade escolar ganha muito com a implementação de ações que promovem a inclusão e a inovação.

O futuro da educação no Rio de Janeiro

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis, espera-se que mais alunos sejam motivados e alcançados. A colaboração entre todos os agentes envolvidos é crucial para alcançar resultados positivos.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, 2025.

1

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o principal objetivo do Texto.

- (A) Dar uma visão positiva da educação no Rio de Janeiro, destacando medidas tomadas para sua melhoria.
- (B) Informar o público em geral sobre a situação educacional do Estado.
- (C) Mostrar a preocupação do governo do Estado em adaptar as escolas a mudanças tecnológicas importantes.
- (D) Criticar o atual estado da conjuntura educacional, mostrando graves problemas.
- (E) Difundir mudanças educacionais positivas, para que o exemplo possa espalhar-se pelo país.

2

Leia o trecho a seguir.

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva.

O emprego de novas tecnologias na Educação pretende, fundamentalmente,

- (A) mostrar a competência das autoridades educacionais do Estado em áreas da modernidade.
- (B) aumentar a participação efetiva dos alunos nos processos educacionais utilizados.
- (C) fazer com que a educação brasileira se equipare às mais adiantadas do mundo.
- (D) desenvolver processos mentais de maior rapidez e eficiência no ensino.
- (E) aplicar métodos pedagógicos modernos, só passíveis de utilização com a computação.

3

Analise o fragmento a seguir.

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Entre as modificações propostas no fragmento acima para a área da educação no Estado do Rio de Janeiro, só **não** é citada

- (A) a participação da comunidade na vida escolar.
- (B) a aplicação de novos meios tecnológicos.
- (C) a inclusão de todos os educandos no processo.
- (D) a necessidade de melhores condições de trabalho.
- (E) a adoção de medidas criativas.

4

Analise o segmento a seguir.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Depreende-se desse segmento que

- (A) a prosperidade econômica depende exclusivamente da renovação do processo educacional.
- (B) a educação pública deve ser priorizada sobre a privada.
- (C) a educação é ferramenta indispensável para a construção de um futuro econômica e politicamente positivo.
- (D) as mudanças significativas ocorrem com a mudança educacional, apesar das interrupções políticas.
- (E) os processos educacionais devem priorizar a área econômica, pois dela depende todo o restante.

5

O texto fala de plataformas *online*, utilizando-se de um estrangeirismo de uso corrente.

As frases a seguir mostram palavras ou expressões de origem latina (*latinismos*), frequentes em nossa língua escrita culta.

Assinale a opção que mostra a frase em que o *latinismo* empregado tem seu equivalente em língua portuguesa corretamente indicado.

- (A) A carta trazia um *post scriptum* que mencionava a exigência. / informação oculta.
- (B) A transferência *ad hoc* do funcionário havia sido feita. / para outro posto.
- (C) *Ex abrupto* todas essas coisas ocorreram. / De repente.
- (D) Dois dias depois acharam um *modus vivendi*. / meio de sobreviver.
- (E) Surpreendido em pleno delito, ouviu a frase *Tu quoque, Brute* em tom de comédia. / Que coisa feia!

6

O texto traz a frase:

“À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis...”, em que ocorre o uso correto de pronomes pessoais oblíquos.

Assinale a opção em que a colocação do pronome pessoal oblíquo também está gramaticalmente correta.

- (A) “Deveria existir uma pitada de diletantismo na crítica, pois o diletante é um entusiasta que ainda não acomodou-se e não está preso aos hábitos.”
- (B) “Não pode chamar-se realmente de língua o idioma que não possui escritor.”
- (C) “Se enganam aqueles que querem combater o uso com a gramática.”
- (D) “Ai dos feitores de traduções literárias que, ao traduzirem cada palavra, enfraquecem o sentido! Este é bem o caso em que não pode se dizer que a letra mata e o espírito vivifica.”
- (E) “Podes conhecer o espírito de qualquer pessoa, se observares como ela comporta-se ao receber elogios.”

7

Assinale a opção que apresenta a frase em que há *erro ortográfico* em um dos termos sublinhados.

- (A) Bom dia, companheiros, retribuiu o diretor ao bom-dia dos funcionários presentes.
- (B) José era bem-educado, ao contrário do irmão, que não havia sido bem educado pelos pais.
- (C) Na segunda feira que visitaram, disseram-lhes que na próxima segunda-feira haverá mais barracas.
- (D) O anfitrião queria o bem estar de todos e por isso mesmo queria o bem-estar dos convidados.
- (E) O meu filho vive no mundo do faz-de-conta e às vezes a babá faz de conta que é mãe dele.

8

Entre as frases a seguir, assinale aquela em que a preposição *a* tem valor semântico de *finalidade*.

- (A) “Pode ir a São Paulo, a Pernambuco ou ainda mais longe.” (*Dom Casmurro*)
- (B) “Alguma vez desceu a jantar, com os olhos vermelhos e a fronte pesarosa.” (*Helena*)
- (C) “Também Capitu, em solteira, fora tratá-la à Rua dos Inválidos.” (*Dom Casmurro*)
- (D) “Tio Cosme acomodava as carnes, e a besta partia a trote.” (*Dom Casmurro*)
- (E) “Era lido, posto que de atropelo, o bastante para divertir ao serão e à sobremesa.” (*Dom Casmurro*)

9

Assinale a opção que apresenta a frase que *não* mostra desvio gramatical, com referência à norma culta.

- (A) “É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
- (B) “Eram tantos os castelos que meu pai engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados...” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
- (C) “— Procura pelo senhor? — Parece que procura, respondeu Raimundo tapando o riso com a mão; mas eu tranquei ele no quarto, para não fugir.” (*Quincas Borba*)
- (D) “Meses depois fui para o seminário de São José. Se eu pudesse contar as lágrimas que chorei na véspera e na manhã, somaria mais que todas as vertidas desde Adão e Eva.” (*Dom Casmurro*)
- (E) “Aquela intimidade de vizinhos tinha de acabar nisto, que é verdadeiramente uma bênção do céu, porque ela é um anjo, é um anjíssimo...” (*Dom Casmurro*)

10

Nas frases a seguir há um termo precedido de artigo definido.

Assinale a frase em que a função desse artigo está *incorretamente* identificada.

- (A) “Esta ideia, rútila e grande, - trajada ao bizarro, como diria o padre Bernardes, - esta ideia começou uma vertigem de cabriolas e eu deixei-me estar com os olhos nela...” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Antes de nomes próprios personativos, implica a noção de intimidade, afetividade, conhecimento.
- (B) “Todo aquele reviver das coisas parecia estar pedindo uma igual aurora nas almas. Estas é que deveriam falar ali a sua língua delas, amorosa e cândida.” (*A Mão e a Luva*) / Antes de pronome adjetivo possessivo mostra função identificadora, realçando a ideia de posse.
- (C) “-Bem, agora é tarde, amanhã levo-lhe os dez contos.” (*Quincas Borba*) / Mostra valor demonstrativo.
- (D) “Para dizer tudo, devo confessar que o coração me batia um pouco.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Mostra valor possessivo.
- (E) “E ela percorria toda a conversação, e não achava nada que explicasse a frieza dele.” (*Quincas Borba*) / Mostra valor equivalente ao artigo indefinido.

Noções de Informática

11

Um servidor da Alerj precisa organizar diversos relatórios na pasta "Documentos". Ele deseja mover um arquivo específico de uma subpasta para outra utilizando o *mouse*, mas sem que o arquivo original permaneça no local de origem.

Considerando o funcionamento padrão do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, assinale a opção que indica a ação executada pelo sistema ao arrastar um arquivo de uma pasta para outra dentro da mesma unidade de disco.

- (A) Copiar o arquivo.
- (B) Criar um atalho.
- (C) Mover o arquivo.
- (D) Compactar o arquivo.
- (E) Excluir o arquivo original.

12

Uma lista contendo 500 nomes de servidores encontra-se disposta de forma aleatória. O setor de Recursos Humanos precisa organizá-la em ordem alfabética crescente (de A a Z).

Assinale a opção que indica, no MS-Excel, o recurso usado para organizar dados com base em critérios alfabéticos ou numéricos.

- (A) Filtro.
- (B) Classificar.
- (C) Congelar Painéis.
- (D) Tabela Dinâmica.
- (E) Validação de Dados.

13

Um servidor está preparando uma apresentação para uma audiência pública e deseja que, ao passar do *slide* 1 para o *slide* 2, surja um efeito do tipo "Empurrão".

Assinale a opção que indica, no MS-PowerPoint, o efeito que é aplicado ao movimento que ocorre durante a mudança entre um *slide* e outro.

- (A) Animação.
- (B) Transição.
- (C) *Design*.
- (D) *Layout*.
- (E) Botão de Ação.

14

Durante uma pesquisa no Google Chrome, um usuário fechou acidentalmente uma aba que continha informações importantes.

Assinale a opção que apresenta o atalho de teclado que permite reabrir a última aba que foi fechada no navegador.

- (A) Ctrl + T
- (B) Ctrl + N
- (C) Ctrl + Shift + T
- (D) Ctrl + Shift + N
- (E) Alt + F4

15

Durante a redação de um texto, um funcionário usou o comando `Ctrl + C` em três frases diferentes, em momentos distintos. Ele deseja acessar o histórico para escolher qual das frases colar agora.

Assinale a opção que apresenta a combinação de teclas que deve ser usada no Windows 10 para abrir a interface do Histórico da Área de Transferência.

- (A) Ctrl + V
- (B) Alt + Tab
- (C) Windows + V
- (D) Windows + H
- (E) Shift + Insert

16

Um servidor criou uma tabela no Word para listar deputados e suas respectivas comissões. Ele precisa que a primeira linha da tabela, ou seja, o cabeçalho da tabela, apareça automaticamente no topo de cada nova página, caso a tabela se estenda por várias folhas.

Assinale a opção nas "Propriedades da Tabela" ou na guia "*Layout*" que permite realizar essa ação.

- (A) Dividir Tabela.
- (B) Classificar.
- (C) Repetir Linhas de Cabeçalho.
- (D) Converter em Texto.
- (E) Ajuste Automático.

17

Um analista precisa verificar se o gasto de um gabinete ultrapassou o teto de R\$ 30.000,00. O valor gasto está na célula A10. Se ultrapassar, a planilha deve exibir "ALERTA", caso contrário, "OK".

Assinale a opção que mostra a fórmula, quando aplicada no MS-Excel, que executa corretamente essa tarefa.

- (A) =SOMA(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (B) =SE(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (C) =PROCV(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (D) =CONT.SE(A10>30000; "ALERTA")
- (E) =MÁXIMO(A10; 30000)

18

Na planilha de controle de estoque da Alerj, a célula B2 contém o preço unitário e a célula C2, a quantidade. Na célula D2, o usuário inseriu a fórmula = $\$B2 * C\2 .

Se o usuário arrastar a alça de preenchimento da célula D2 para a célula E3, a fórmula, nessa nova célula, será

- (A) = $\$B3 * D\2
- (B) = $\$B2 * C\2
- (C) = $\$B3 * C\2
- (D) = $\$C2 * D\2
- (E) = $B3 * C3$

19

Um servidor precisa enviar um conjunto de 50 fotos de alta resolução por *e-mail*, mas o servidor de correio limita o tamanho do anexo a 20 MB.

Assinale a opção que indica a técnica mais adequada para contornar essa limitação de tamanho, preservando a organização.

- (A) Alterar a extensão das fotos para .doc.
- (B) Enviar 50 *e-mails* separados.
- (C) Compactar as fotos em um único arquivo (ex.: .zip ou .rar).
- (D) Inserir as fotos no corpo do texto como imagem.
- (E) Excluir o campo "Assunto" para liberar espaço.

20

Um usuário deseja acessar as configurações do sistema para verificar as atualizações do *Windows Update*.

Assinale a opção que indica, corretamente, o atalho de teclado que abre diretamente a janela de Configurações do Windows 10.

- (A) Windows + E
- (B) Windows + I
- (C) Windows + L
- (D) Windows + R
- (E) Windows + P

Noções de Direito Administrativo

21

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tomou conhecimento de que Henrique, servidor público no Município *Alfa*, praticou, dolosamente, três diferentes condutas caracterizadoras de improbidade administrativa, quais sejam:

- i) em 2022, o agente descumpriu as normas relativas à fiscalização de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas;
- ii) em 2023, Henrique praticou, no âmbito da Administração Pública e com recursos do erário, ato de publicidade, em contrariedade aos mandamentos constitucionais, promovendo inequívoco enaltecimento próprio e personalização de atos de órgãos públicos;
- iii) em 2024, o servidor frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio direto.

Sobre a hipótese apresentada, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- (A) Henrique cometeu, em 2022, ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.
- (B) Henrique, em 2022, cometeu ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
- (C) Henrique, em 2022 e em 2023, cometeu atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, no ano de 2024, foi praticado ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.
- (D) Henrique praticou, nos três casos, atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
- (E) Henrique, nos três episódios, praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.

22

Com o objetivo de implementar as promessas realizadas durante o processo eleitoral, José, recém empossado no cargo de Prefeito do Município *Alfa*, no Estado do Rio de Janeiro, solicitou um parecer à sua equipe jurídica sobre a aplicabilidade, ou não, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, analisando

- i) a alienação e a concessão de direito real de uso de bens;
- ii) a compra por encomenda; e
- iii) a contratação de tecnologia da informação e de comunicação.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a referida legislação se aplica

- (A) à compra por encomenda, bem como à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.
- (B) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, mas não à compra por encomenda, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (C) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, bem como à compra por encomenda e à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (D) à compra por encomenda, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (E) à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à compra por encomenda, tampouco à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.

23

Renan, maior e capaz, que se encontra com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei, tomou conhecimento de que o Estado *Alfa* editou ato administrativo lesivo ao patrimônio histórico e cultural do referido ente federativo.

Irresignado com a situação apresentada, Renan pretende ingressar, em Juízo, com uma ação popular, para questionar a medida adotada pelo Poder Público.

Sobre esse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a referida demanda não tem a finalidade de questionar a edição de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
- (B) Ele poderá ajuizar uma ação popular, ficando isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, salvo comprovada má-fé.
- (C) Ele poderá ajuizar uma ação popular, desde que o Ministério Público não o faça no prazo constitucionalmente estipulado.
- (D) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a competência, para tanto, é do Ministério Público.
- (E) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que está com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei.

24

Considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que a sede da Alerj é um bem público de

- (A) uso comum do povo, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) uso especial, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (C) dominical, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (D) uso comum do povo, inexistindo restrição à sua alienação.
- (E) uso especial, inexistindo restrição à sua alienação.

25

José, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, encontra-se em situação de inadimplência junto à concessionária *Alfa*, que presta o serviço público de fornecimento de energia elétrica na municipalidade. Apesar de já ter sido formalmente notificado, José não quitou as suas dívidas.

Em assim sendo, a concessionária suspenderá a prestação do serviço público, em observância às formalidades legais. Registre-se que haverá feriado nacional na quinta-feira da semana em que a interrupção do serviço será efetivada.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 13.460/2017, é correto afirmar que a suspensão da prestação do serviço público poderá se iniciar na(o)

- (A) quarta-feira.
- (B) quinta-feira.
- (C) sexta-feira.
- (D) terça-feira.
- (E) sábado.

26

João, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Especialista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, de forma dolosa, no exercício da função, praticou ato ilícito que causou danos materiais à cidadã Maria, que buscara atendimento junto à mencionada Casa Legislativa. Maria, então, ajuizou ação indenizatória e obteve, por meio de sentença judicial transitada em julgado, vinte mil reais, que foram pagos pelo Estado *Alfa*.

Em seguida, o Estado *Alfa*, pela sua Procuradoria-Geral, ajuizou ação regressiva em face de João, pretendendo o ressarcimento pelos vinte mil reais que teve que pagar a Maria.

No caso em tela, João

- (A) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas o Estado *Alfa* pode ser obrigado a promover o pagamento, sem direito de regresso.
- (B) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas a Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* pode ser obrigada a promover o ressarcimento, a título de direito de regresso.
- (C) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que independe da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
- (D) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil subjetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
- (E) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.

27

Lucas, servidor público federal, tomou conhecimento de que a tomada de determinada decisão administrativa exige a participação de cinco diferentes setores da Administração Pública. Registre-se que se está diante de relevante matéria em discussão, relacionada ao poder sancionador, e que há discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

- (A) Essa decisão administrativa poderá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão e por força da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
- (B) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
- (C) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, já que o referido instituto não tem previsão legal.
- (D) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, por expressa vedação legal.
- (E) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão.

28

O Prefeito do Município *Beta*, em manifestação publicada nos mais variados meios locais de comunicação, afirmou que trabalhou arduamente para a instituição da fundação *Alfa*, que passou a integrar a Administração Indireta do referido ente federativo.

Considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a autorização para instituir a fundação *Alfa* ocorrerá por meio de

- (A) lei complementar, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
- (B) lei específica, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
- (C) lei complementar, cabendo a uma lei ordinária definir as áreas de sua atuação.
- (D) lei específica, cabendo a uma lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- (E) decreto, cabendo a uma lei específica definir as áreas de sua atuação.

29

Carolina, servidora pública no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), participou de um curso de capacitação que versava sobre os princípios da legalidade e da impessoalidade aplicáveis à Administração Pública.

Sobre esses princípios, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da *legalidade* está previsto, expressamente, no texto constitucional, enquanto o princípio da *impessoalidade* não está abarcado, expressa ou implicitamente, pelas normas constitucionais.
- (B) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade*, mesmo não tendo previsão constitucional expressa, estão implicitamente abarcados pelas normas constitucionais.
- (C) O princípio da *impessoalidade*, muito embora não tenha previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
- (D) O princípio da *legalidade*, muito embora não possua previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
- (E) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade* estão previstos, expressamente, no texto constitucional.

30

João, servidor público no Estado do Rio de Janeiro, tomou conhecimento de que, no dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: i) fornecimento de bens; ii) locações; iii) prestação de serviços; e iv) realização de obras.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ordem cronológica de pagamento poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato.
- II. A inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamento ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.
- III. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Noções de Direito Constitucional

31

João tinha alguns problemas em sua vida pessoal e, após consultar um profissional com capacidade postulatória, foi-lhe informado que, em razão da diversidade desses problemas, deveria utilizar as ações constitucionais de *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* e mandado de injunção. Embora não fosse economicamente hipossuficiente, preocupado com os custos envolvidos, questionou o profissional em relação à gratuidade, ou não, dessas ações.

Foi corretamente informado a João que a Constituição da República assegura a gratuidade

- (A) de todas as ações.
- (B) apenas do *habeas corpus*.
- (C) apenas do *habeas corpus* e do *habeas data*.
- (D) apenas do mandado de injunção e do mandado de segurança.
- (E) apenas do *habeas corpus*, do mandado de injunção e do mandado de segurança.

32

O Tribunal de Contas do Estado *Alfa* (TCEA) identificou uma irregularidade em contrato administrativo celebrado pela Secretaria Estadual de Educação, que tem como objetivo a aquisição de material escolar. A irregularidade consistia na existência de superfaturamento de parte dos preços.

Nessa situação, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o TCEA deve

- (A) sustar o contrato administrativo.
- (B) rescindir o contrato administrativo.
- (C) pedir autorização à Assembleia Legislativa para sustar o contrato administrativo.
- (D) comunicar à Assembleia Legislativa, que poderá sustar o contrato administrativo.
- (E) determinar a redução dos preços ao valor de mercado, não sendo possível que o TCEA ou a Assembleia Legislativa suste o contrato administrativo.

33

Joana, servidora pública estadual, deseja concorrer a um cargo eletivo nas eleições municipais a serem realizadas no ano subsequente, mas tinha dúvidas em relação à necessidade, ou não, de se afastar do serviço estadual após a investidura, bem como em relação à sua remuneração.

Após analisar a sistemática vigente, Joana concluiu corretamente que, caso seja eleita para o cargo de

- (A) vereadora, deve ser afastada do cargo público estadual, mas continuará a receber a respectiva remuneração.
- (B) prefeita, deve receber tanto a remuneração afeta a esse cargo como a concernente ao cargo público estadual.
- (C) vereadora ou prefeita, deve ser afastada do cargo público estadual, não podendo receber a remuneração afeta a esse último.
- (D) vereadora ou prefeita, pode continuar no cargo público estadual, recebendo a respectiva remuneração, se houver compatibilidade de horários.
- (E) prefeita, pode optar pela remuneração do cargo público estadual, e se for eleita vereadora terá igual direito se não houver compatibilidade de horários.

34

Determinado projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhado para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Na situação descrita, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno (RI) da Alerj, que

- (A) as duas comissões devem se limitar a emitir pareceres, que sempre serão submetidos à deliberação do Plenário.
- (B) as duas comissões devem discutir e votar projeto de lei que, na forma do RI, dispensar a deliberação do Plenário, salvo recurso de um décimo dos membros da Alerj.
- (C) os projetos de lei sempre serão apreciados em caráter terminativo por ambas as comissões, salvo se a submissão ao Plenário for determinada no despacho inicial da Mesa.
- (D) a deliberação da CCJ tem caráter terminativo, enquanto a manifestação da CDC pode ser submetida à deliberação do Plenário, se houver recurso de um décimo dos membros da Alerj.
- (E) as duas deliberações das duas comissões terão caráter terminativo, não sendo submetidas ao Plenário, salvo se for realizado acordo de lideranças, em momento anterior, definindo essa submissão.

35

Em determinada legislatura, foi instituída uma comissão temporária no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), visando à apuração de fato determinado.

No curso dos debates inaugurais, foi discutido entre os integrantes da comissão a possibilidade de convocação do Governador do Estado para comparecer em uma audiência e ser ouvido.

Na situação descrita, é correto afirmar em relação à convocação cogitada que

- (A) é possível, mas a convocação deve ser previamente aprovada pelo Plenário da Alerj.
- (B) é possível apenas se a comissão for uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (C) é vedada, pois comissões da Alerj não podem convocar autoridades do Poder Executivo.
- (D) não é prevista na Constituição da República a possibilidade de convocação do Chefe do Poder Executivo.
- (E) é possível, mas é necessário assegurar ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de marcar dia e horário para comparecer.

36

Foi identificado, no âmbito do Estado *Alfa*, o surgimento de diversas sociedades empresárias com objeto social na área de tecnologia, o que suscitou debates, no âmbito da Assembleia Legislativa, em relação à possibilidade de ser editada uma lei disciplinando os contratos a serem celebrados entre as referidas sociedades.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente que a matéria é de competência legislativa

- (A) privativa da União.
- (B) residual do Estado *Alfa*.
- (C) supletiva do Estado *Alfa*.
- (D) plena dos entes federativos.
- (E) comum entre os entes federativos.

37

Durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, a equipe econômica da União propôs a exclusão integral das despesas com precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs), tanto do limite individualizado de despesas do Poder Executivo quanto da meta de resultado primário, alegando a necessidade de preservar espaço fiscal para investimentos públicos e continuidade de políticas sociais.

Parlamentares, por sua vez, questionaram se essa proposta estaria compatível com o texto constitucional vigente, especialmente após as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 102/2019, nº 109/2021, nº 135/2024 e nº 136/2025, que reforçaram o dever de execução orçamentária, a disciplina fiscal e a integração entre planejamento, orçamento e metas fiscais.

À luz do Art. 165 da Constituição Federal, em sua redação atualizada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite de despesas e da meta de resultado primário pode ser realizada de forma permanente por meio da LDO, desde que justificada pela necessidade de expansão de investimentos.
- (B) As alterações constitucionais recentes conferiram plena discricionariedade ao Poder Executivo para definir, na LDO, quais despesas obrigatórias serão computadas ou excluídas das metas fiscais.
- (C) A Constituição passou a impor o dever de execução das programações orçamentárias indistintamente a todas as despesas, inclusive às financeiras e às obrigatórias.
- (D) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite individualizado do Poder Executivo a partir de 2026 não implica, por si só, sua exclusão definitiva da apuração da meta de resultado primário, a qual deve observar regras constitucionais de incorporação gradual.
- (E) A Constituição autoriza que a LDO afaste, de maneira geral, o cômputo de precatórios e RPVs tanto do limite de despesas quanto da meta fiscal, desde que respeitado o princípio do equilíbrio orçamentário.

38

Um Estado-membro pretende criar uma sociedade de economia mista para explorar diretamente, em regime concorrencial, o serviço de transporte intermunicipal de passageiros, justificando a medida como forma de melhorar a qualidade do serviço. Ao mesmo tempo, cogita-se dispensar licitação para delegar a operação do serviço a uma empresa privada “parceira” por permissão, alegando urgência e interesse público.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é livre e independe de justificativa constitucional, bastando lei autorizativa.
- (B) A criação de sociedade de economia mista para explorar atividade econômica sujeita-se a regime jurídico de direito público, com privilégios fiscais típicos da Administração Direta.
- (C) O Estado, como agente normativo e regulador, exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo tais funções determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- (D) A delegação de serviço público por concessão ou permissão prescinde de licitação quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
- (E) A prestação de serviço público somente pode ocorrer diretamente pelo Poder Público, sendo vedada a delegação por concessão ou permissão.

39

Durante a apreciação das contas de determinado ente federativo, foram identificadas irregularidades relacionadas à execução de despesas sem adequada comprovação de economicidade e ao descumprimento de normas de planejamento orçamentário.

Diante disso, suscitou-se discussão sobre o alcance da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição Federal.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária limita-se à verificação da legalidade formal dos atos administrativos.
- (B) O controle externo é exercido exclusivamente pelos Tribunais de Contas, de forma autônoma em relação ao Poder Legislativo.
- (C) A economicidade é critério autônomo e obrigatório de fiscalização, expressamente previsto no art. 70 da CF, condicionada à comprovação prévia de dano ao erário.
- (D) Compete ao Poder Executivo exercer o controle interno; ao Tribunal de Contas, o controle externo; e, ao Poder Legislativo, apenas o julgamento político das contas.
- (E) A titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, que o exerce com o auxílio dos Tribunais de Contas, os quais atuam como órgãos técnicos especializados, sem substituir a função política e institucional do Parlamento. Trata-se de um modelo que combina controle democrático e controle técnico, assegurando *accountability* na gestão dos recursos públicos.

40

Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), parlamentares apresentaram emendas individuais destinadas a Municípios. Parte delas por meio de transferências especiais, sem vinculação à finalidade específica, e a outra parte por transferências com finalidade definida. No curso do processo legislativo, surgiram questionamentos sobre os limites dessas emendas, sua execução obrigatória e o papel da Comissão de Orçamento.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária podem ser aprovadas sem limite percentual da receita corrente líquida, desde que observem a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a LDO.
- (B) A execução das emendas individuais é obrigatória apenas quando destinadas a ações e serviços públicos de saúde, permanecendo discricionária nos demais casos.
- (C) As emendas individuais impositivas podem alocar recursos a Estados e Municípios por transferência especial ou por transferência com finalidade definida, observadas as vedações constitucionais quanto à destinação dos recursos.
- (D) As emendas individuais somente produzem efeitos após aprovação definitiva pelo Plenário do Congresso Nacional, não se submetendo à apreciação prévia da Comissão Mista de Orçamento.
- (E) Os recursos oriundos de transferências especiais integram a receita do ente federado beneficiário para fins de cálculo dos limites de despesa com pessoal e de endividamento.

Legislação Específica

41

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Rio de Janeiro, após regular processo administrativo, sofreu a sanção de demissão.

Irresignada com essa sanção, ingressou com ação judicial requerendo a sua anulação, em virtude da não observância das garantias do contraditório e da ampla defesa, o que foi acolhido pelo Poder Judiciário. Por essa razão, foi determinado o seu retorno ao serviço público, o que efetivamente ocorreu.

À luz da sistemática adotada pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que ocorreu

- (A) a nomeação de Maria.
- (B) a reintegração de Maria.
- (C) a readaptação de Maria.
- (D) o aproveitamento de Maria.
- (E) o reenquadramento de Maria.

42

Em determinada legislatura, diversos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) procuraram determinado Deputado Estadual, e informaram que seria conveniente que ocorresse a criação de novos cargos efetivos, de modo a ampliar a qualidade do serviço.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, o Deputado Estadual esclareceu, corretamente, aos servidores que

- (A) a Mesa Diretora pode editar decreto legislativo criando os novos cargos.
- (B) apenas a Mesa Diretora pode apresentar o projeto de resolução sobre a matéria.
- (C) qualquer Deputado Estadual pode apresentar o respectivo projeto de lei sobre a matéria.
- (D) um terço dos Deputados Estaduais pode apresentar projeto de decreto legislativo sobre a matéria.
- (E) apenas a Mesa Diretora pode propor à Assembleia a edição de decreto legislativo sobre a matéria.

43

Determinada proposição legislativa, submetida à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), tramita em regime de urgência, sendo encaminhada para a análise de três comissões permanentes dessa Casa Legislativa.

À luz do Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

- (A) as comissões devem emitir parecer, em caráter conjunto, de maneira imediata.
- (B) os prazos de tramitação ordinária serão contados pela metade, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.
- (C) as comissões devem emitir parecer, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou diretamente em Plenário, conforme o despacho da Mesa.
- (D) a proposição deve ser imediatamente incluída na Ordem do Dia, não sendo previamente encaminhada às comissões, que devem emitir parecer oralmente.
- (E) as comissões devem emitir parecer, observado, isoladamente, o prazo de 3 (três) dias, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.

44

Após a tramitação de processo administrativo disciplinar, foi aplicada a Inácio, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública direta do Estado do Rio de Janeiro, a pena disciplinar de suspensão.

Na situação descrita, considerando os balizamentos estabelecidos pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que a

- (A) pena não excedeu 90 (noventa) dias.
- (B) conduta de Inácio não foi praticada com dolo ou má-fé.
- (C) pena não acarretará a perda das vantagens decorrentes do exercício do cargo.
- (D) conduta de Inácio não configurou falta grave, o que acarretaria a demissão.
- (E) pena pode ser convertida em multa, no percentual legal e observados os requisitos previstos.

45

Determinada proposição legislativa em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ao tomar conhecimento desse encaminhamento, João, Deputado Estadual e que não integra a CCJ, decidiu verificar a possibilidade de assistir às respectivas reuniões e apresentar emenda no âmbito da comissão.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, João concluiu, corretamente, que

- (A) não pode assistir às reuniões.
- (B) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoio de uma liderança partidária.
- (C) não pode apresentar a emenda, ainda que com o apoio de um dos membros da CCJ ou de liderança partidária.
- (D) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoio de um dos membros da CCJ, só podendo versar sobre matéria de sua competência.
- (E) pode assistir às reuniões e apresentar a emenda, mas necessita, nesse último caso, de apoio de ao menos 5 (cinco) Deputados Estaduais.

46

Maria, Deputada Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tinha dúvidas em relação à possibilidade de vir a perder o mandato ou deixar de receber o subsídio em razão da fruição de uma licença.

Após analisar a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, Maria concluiu corretamente que a licença

- (A) por motivo de doença fará cessar o pagamento do subsídio caso ultrapasse 180 (cento e oitenta) dias.
- (B) por motivo de doença não fará cessar o pagamento do subsídio, desde que não ultrapasse 15 (quinze) dias.
- (C) para tratar de assunto de interesse particular não fará cessar o pagamento do subsídio caso não ultrapasse 30 (trinta) dias por legislatura.
- (D) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio e não pode ultrapassar 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.
- (E) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio caso se estenda por lapso que supere 90 (noventa) dias por legislatura.

47

Maria, servidora de uma Secretaria do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, constatou que outro servidor não estaria exercendo com estrita moderação as prerrogativas funcionais, o que, em tese, configuraria afronta ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Por essa razão, desejava encaminhar peças para a estrutura orgânica responsável pela apuração da referida conduta.

Após consultar o decreto de regência, Maria concluiu corretamente que a apuração deve ser realizada

- (A) pela comissão central de ética, integrada por 5 (cinco) servidores nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.
- (B) pelo superior hierárquico do servidor que teria violado o dever ético, com o encaminhamento das conclusões ao Secretário de Estado.
- (C) pela comissão permanente de inquérito administrativo, que deve sugerir ao Secretário de Estado a adoção das medidas correspondentes à sua esfera de competência.
- (D) pela comissão temporária de ética, integrada por cinco servidores designados pelo Secretário de Estado, entre ocupantes de cargo de provimento efetivo, com mandato de 2 (dois) anos.
- (E) por uma comissão de ética setorial, que deve ser constituída no âmbito da Secretaria, integrada por três servidores, titulares de cargo efetivo ou emprego permanente, designados pelo respectivo dirigente.

48

Pedro, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sofreu uma pena disciplinar após regular processo administrativo em que foram asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa. Sete meses depois, Pedro decidiu requerer a revisão da pena disciplinar.

De acordo com a sistemática estabelecida no Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que

- (A) a revisão pode ter por base a injustiça da penalidade.
- (B) a revisão não exige que sejam aduzidos fatos ainda não conhecidos.
- (C) o falecimento de Pedro não obsta que a revisão seja requerida por terceiro.
- (D) a revisão deve ser realizada no âmbito do Poder Judiciário, não no plano administrativo.
- (E) o pedido de revisão é intempestivo, considerando o decurso de seis meses desde a aplicação da sanção.

49

Alguns anos após iniciar o exercício funcional como servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Maria desejava obter o seu desenvolvimento funcional, com a passagem para o nível seguinte, no índice imediatamente superior.

Após analisar o Plano de Carreira instituído pela Resolução Alerj nº 590/1994, Maria concluiu corretamente que

- (A) o desenvolvimento funcional pode ocorrer para área ou especialização diversa daquela em que ela se encontra.
- (B) o interstício exigido, em relação ao desenvolvimento funcional anterior, na mesma modalidade, é de 1 (um) ano.
- (C) a sua requisição para outro órgão público não obsta que concorra para essa modalidade de desenvolvimento funcional.
- (D) o tempo mínimo de exercício funcional na Alerj, para que ela concorra nessa modalidade de desenvolvimento funcional, é de 2 (dois) anos.
- (E) o processo concernente à referida modalidade de desenvolvimento funcional é realizado anualmente, no segundo semestre.

50

Diversas organizações não governamentais do norte fluminense iniciaram uma mobilização da população diretamente interessada, visando à apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

Ao analisar a Constituição Estadual, em relação à possibilidade, ou não, de a referida proposição vir a ser apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), concluíram corretamente que

- (A) a matéria não foi disciplinada na Constituição Estadual.
- (B) o projeto deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado do Estado.
- (C) o projeto deve ser totalmente subscrito por meio de assinatura digital autenticada.
- (D) o projeto deve ser subscrito por eleitores distribuídos em, pelo menos, dez por cento dos Municípios, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.
- (E) o projeto pode ser subscrito por organizações não governamentais que congreguem, em seus quadros, não menos de um décimo por cento do eleitorado do Estado, cabendo aos eleitores ratificá-lo perante a Alerj.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51

Durante o exercício financeiro de 2024, o Município *Alfa* adotou as condutas listadas a seguir, relacionadas à transparência e ao acompanhamento da gestão fiscal.

- I. Publicou o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) referente ao 2º bimestre 45 dias após o encerramento do período, abrangendo apenas os dados do Poder Executivo, sob o argumento de que os demais Poderes possuem autonomia administrativa e financeira.
- II. Deixou de publicar o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do 1º quadrimestre no prazo legal, alegando dificuldades técnicas no sistema contábil integrado.
- III. Mesmo diante dessas falhas, o Município continuou recebendo transferências voluntárias da União e celebrou operações de crédito com instituição financeira pública, sustentando que não houve extrapolação de limites fiscais materiais (despesa com pessoal, dívida ou operações de crédito).

Sobre as condutas adotadas, à luz da Lei Complementar nº 101/2000, assinale a afirmativa correta.

- (A) As condutas são regulares, pois o atraso na publicação do RREO e do RGF não acarreta sanções automáticas, desde que não haja extrapolação dos limites fiscais materiais.
- (B) Apenas a não publicação do RGF no prazo legal pode gerar sanções, pois o RREO tem natureza meramente informativa e não condiciona o recebimento de transferências voluntárias.
- (C) As sanções previstas na LRF somente se aplicam quando houver descumprimento simultâneo dos prazos de publicação do RREO e do RGF, sendo insuficiente a irregularidade isolada de um deles.
- (D) O Município incorreu em irregularidades formais relevantes, uma vez que o RREO deve abranger todos os Poderes e o Ministério Público e deve ser publicado até 30 dias após cada bimestre. O descumprimento dos prazos de publicação do RREO e do RGF sujeita o ente às sanções do Art. 51, § 2º, da LRF.
- (E) A autonomia administrativa e financeira dos Poderes Legislativo e Judiciário afasta a obrigação de consolidação de seus dados no RREO e no RGF elaborados pelo Município.

52

O orçamento público brasileiro é regido por um conjunto de princípios e processado por meio de um ciclo que integra o planejamento estratégico à execução financeira.

Sobre os conceitos, princípios e as etapas do ciclo orçamentário, assinale a afirmativa correta.

- (A) De acordo com o princípio da universalidade, a LOA de cada ente federado deve conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- (B) O princípio da exclusividade veda que a LOA contenha qualquer matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, não admitindo exceções nem mesmo para a abertura de créditos adicionais ou contratação de operações de crédito.
- (C) O ciclo orçamentário restringe-se às etapas de elaboração e execução da despesa pública (empenho, liquidação e pagamento), encerrando-se com a extinção da obrigação pecuniária junto ao credor.
- (D) O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento operacional que estima as receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro, possuindo vigência de quatro anos para coincidir com o mandato do chefe do Poder Executivo.
- (E) O princípio da unidade (ou totalidade) determina que o orçamento de seguridade social seja elaborado de forma independente e estanque, não integrando o documento consolidado da LOA para evitar confusão entre fontes vinculadas e ordinárias.

53

De acordo com o entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (Prejulgado nº 11/2019), acerca da abertura de créditos adicionais com recursos provenientes de convênios não previstos ou previstos a menor na Lei Orçamentária Anual, assinale a afirmativa correta.

- (A) A abertura de crédito adicional somente é possível após o efetivo ingresso financeiro dos recursos do convênio, sendo vedada qualquer autorização baseada em expectativa de receita, em razão do Art. 43 da Lei nº 4.320/1964.
- (B) A Lei nº 4.320/1964 disciplina expressamente a utilização de recursos de convênios como fonte específica para abertura de créditos suplementares e especiais, dispensando autorização legislativa adicional.
- (C) É possível a abertura de créditos adicionais com recursos oriundos de convênios não previstos ou previstos a menor na LOA, desde que haja prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes, sendo obrigatória a vinculação da despesa ao objeto do convênio.
- (D) Os recursos de convênios, por serem legalmente comprometidos, não podem ser utilizados como suporte para créditos adicionais, devendo ser executados exclusivamente mediante remanejamento interno de dotações.
- (E) A utilização de recursos de convênios para abertura de créditos adicionais depende exclusivamente de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo desnecessária uma autorização legislativa específica.

54

A despesa pública orçamentária é processada por meio de estágios sucessivos e organizada por diversas classificações para fins de controle, transparência e consolidação das contas nacionais.

Sobre os estágios de execução e as classificações da despesa, assinale a afirmativa correta.

- (A) O estágio da liquidação caracteriza-se pela entrega de numerário ao credor mediante ordem bancária, sendo este o momento em que a despesa pública efetivamente “nasce” para o sistema contábil orçamentário.
- (B) A despesa destinada à aquisição de um edifício já em utilização por terceiros, para a instalação de um novo hospital, classifica-se quanto à sua natureza econômica como Despesa de Capital, especificamente no grupo de Investimentos (GND 4).
- (C) O empenho estimativo é a modalidade obrigatoriamente utilizada para despesas contratuais sujeitas a parcelamento, como obras de grande vulto, visando reservar a dotação total necessário para o exercício no início do cronograma.
- (D) A classificação funcional é composta por funções e subfunções prefixadas e de aplicação obrigatória por todos os entes da Federação, permitindo a consolidação nacional dos gastos por área e subárea das políticas públicas, independentemente da estrutura de programas de cada ente.
- (E) Segundo o princípio da especificação, a Lei de Orçamento deve discriminar a despesa, obrigatoriamente, até o nível de subelemento (item de gasto), sendo vedada a aprovação de créditos orçamentários apenas por categoria econômica e grupo de natureza de despesa.

55

A Emenda Constitucional nº 136/2025, alterou significativamente o regime constitucional de pagamento de precatórios pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, bem como introduziu regras com impacto direto sobre o orçamento público e a responsabilidade fiscal.

À luz dessas alterações, assinale a afirmativa correta.

- (A) O limite anual de pagamento de precatórios pelos entes subnacionais é uniforme e fixado em 3% da Receita Corrente Líquida, independentemente do estoque de precatórios em mora existente no início do exercício financeiro.
- (B) A superação do limite anual de pagamento de precatórios previsto no Art. 100, § 23, da Constituição Federal é vedada em qualquer hipótese, ainda que haja dotação orçamentária específica aprovada na lei orçamentária anual.
- (C) Os limites percentuais de pagamento permanecem aplicáveis, caso os recursos destinados ao pagamento de precatórios não sejam tempestivamente liberados, sendo possível apenas o sequestro judicial após sentença transitada em julgado.
- (D) Os valores transferidos às contas especiais do Poder Judiciário para pagamento de precatórios continuam a integrar o estoque da dívida até o efetivo pagamento ao credor, incidindo correção monetária e juros até a quitação final.
- (E) A EC nº 136/2025 estabeleceu limites para o pagamento dos precatórios vinculados à Receita Corrente Líquida, graduados conforme o percentual que o estoque em mora representa, podendo superá-los mediante dotação orçamentária específica.

56

Nos termos do Art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, considerando a realidade praticada no Estado de Goiás, assinale a opção que apresenta a correta repartição dos limites de despesa com pessoal, em percentual da Receita Corrente Líquida (RCL).

- (A) Executivo: 49%
Legislativo (incluídos TCE e TCM): 3%
Judiciário: 6%
Ministério Público: 2%
- (B) Executivo: 48%
Legislativo (incluídos TCE e TCM): 4%
Judiciário: 6%
Ministério Público: 2%
- (C) Executivo: 47,6%
Legislativo (incluídos TCE e TCM): 4,4%
Judiciário: 6%
Ministério Público: 2%
- (D) Executivo: 48,6%
Legislativo (incluídos TCE e TCM): 3,4%
Judiciário: 6%
Ministério Público: 2%
- (E) Executivo: 48,6%
Legislativo (incluídos TCE e TCM): 3%
Judiciário: 6,4%
Ministério Público: 2%

57

Com base nos limites de despesa com pessoal estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 para os Municípios, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ao atingir 48,6% da Receita Corrente Líquida no Poder Executivo municipal, o ente já se encontra acima do limite prudencial, devendo adotar imediatamente as medidas previstas no Art. 169 da Constituição Federal.
- (B) O limite de alerta corresponde a 90% do limite máximo e, uma vez ultrapassado, impõe automaticamente as vedações previstas no Art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) O limite prudencial do Poder Legislativo municipal é de 5,7% da Receita Corrente Líquida e, uma vez ultrapassado, impede a criação de cargos, a admissão de pessoal e a concessão de vantagens, ressalvadas as exceções legais.
- (D) O limite máximo de despesa com pessoal do Poder Executivo do Município corresponde a 60% da Receita Corrente Líquida, sendo os 3% restantes reservados exclusivamente para inativos e pensionistas.
- (E) A ultrapassagem do limite de alerta pelo total do Município autoriza a compensação entre os Poderes Executivo e Legislativo, desde que o limite global de 60% não seja superado.

58

No que concerne à Receita Pública, sua classificação e estágios de execução conforme o ordenamento jurídico e técnico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os ingressos extraorçamentários são recursos financeiros que apresentam caráter permanente, integram a Lei Orçamentária Anual (LOA) e sua restituição depende de autorização legislativa específica.
- (B) A classificação da receita por natureza é composta por um código de oito dígitos, em que o primeiro dígito identifica a categoria econômica (corrente ou de capital) e o oitavo dígito identifica o tipo (principal, multas, dívida ativa etc.).
- (C) As receitas de capital são aquelas arrecadadas dentro do exercício financeiro que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e, via de regra, provocam efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido.
- (D) As Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), por representarem ingressos de recursos nos cofres públicos, devem ser classificadas obrigatoriamente como Receitas de Capital.
- (E) Segundo a doutrina, as receitas derivadas são aquelas obtidas pelo Estado mediante a exploração de seu próprio patrimônio, como aluguéis e dividendos, em pé de igualdade com o particular.

59

Sobre os limites e as condições para a realização de operações de crédito e para o endividamento do setor público, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Constituição Federal e o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), assinale a afirmativa correta.

- (A) Caso a dívida consolidada líquida (DCL) de um ente ultrapasse o limite ao final de um quadrimestre, ela deverá ser reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) logo no primeiro período.
- (B) O montante das receitas de operações de crédito em cada exercício financeiro pode superar o total das despesas de capital, desde que o excedente seja destinado exclusivamente ao pagamento de pessoal e encargos sociais.
- (C) As Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) integram o conceito de dívida pública consolidada ou fundada, devendo ser liquidadas até o dia 10 de dezembro de cada exercício.
- (D) Compete à Câmara dos Deputados fixar os limites totais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) Os precatórios judiciais emitidos antes de 5 de maio de 2000, e não pagos durante a execução do orçamento em que foram incluídos, são obrigatoriamente computados na dívida consolidada para fins de aplicação dos limites de endividamento.

60

Um determinado ente federativo pretende instituir, por meio de Lei Ordinária, um programa permanente de auxílio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade com crianças na primeira infância, configurando uma Despesa Obrigatória de Caráter Continuado (DOCC).

Para o custeio dessa política pública, a lei prevê a utilização de fontes de recursos vinculadas oriundas da arrecadação de multas administrativas.

Considerando o regime jurídico da programação orçamentária e os preceitos da responsabilidade na gestão fiscal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por se tratar de despesa custeada por fonte vinculada específica, o ente fica dispensado de apresentar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, desde que a arrecadação prevista das multas seja superior ao valor fixado para a despesa no primeiro exercício.
- (B) A execução dessa despesa pode ser iniciada imediatamente após a publicação da lei, sendo que a compensação por meio de aumento permanente de receita só será exigida nos dois exercícios subsequentes.
- (C) O ato de criação da despesa deverá ser acompanhado de comprovação de que o aumento não afetará as metas de resultados fiscais da LDO, devendo seus efeitos financeiros ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.
- (D) Recursos legalmente vinculados a finalidades específicas podem ser remanejados para o custeio de outras despesas obrigatórias de caráter continuado ao final do exercício, desde que o ordenador de despesa emita declaração de insuficiência de caixa para as ações prioritárias.
- (E) O aumento permanente de receita necessário para compensar a criação da DOCC pode provir da estimativa de arrecadação de novas operações de crédito, desde que estas sejam incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

61

O Sistema de Controle Interno (SCI) é um processo integrado à gestão que atua sobre aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais.

Assinale a opção que apresenta a definição correta de um desses objetos de atuação.

- (A) O *controle interno patrimonial* foca exclusivamente na verificação das classificações de receitas e despesas de acordo com o orçamento anual, sem a necessidade de conferir existências físicas.
- (B) O *controle interno orçamentário* visa confirmar os saldos das contas constantes no Disponível do Balanço Patrimonial, como Caixa e Bancos com movimento.
- (C) O *controle interno de pessoal* restringe-se a acompanhar a publicidade das ações da administração, não envolvendo a verificação de remunerações ou aposentadorias.
- (D) O *controle interno contábil* tem como único objetivo a salvaguarda física dos ativos móveis contra roubos, desconsiderando os princípios fundamentais de escrituração.
- (E) O *controle interno operacional* avalia sistematicamente os resultados dos programas, projetos e metas, além da eficiência e da eficácia dos sistemas organizacionais informatizados.

62

No âmbito do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas e considerando o papel das demonstrações contábeis como instrumentos de *accountability*, transparência e controle social, a avaliação da generalização dos efeitos das distorções constitui elemento decisivo para a modificação da opinião do auditor.

À luz da NBC TA 705 e das evidências empíricas sobre a prática da auditoria financeira no setor público, assinale a afirmativa correta.

- (A) A generalização dos efeitos das distorções é aferida exclusivamente com base em critérios quantitativos, sendo suficiente que o somatório das distorções ultrapasse a materialidade definida no planejamento para caracterizar opinião adversa.
- (B) A inexistência de guias ou metodologias formais institucionais inviabiliza juridicamente a emissão de opinião modificada, por comprometer a objetividade do julgamento do auditor.
- (C) A avaliação da generalização dos efeitos das distorções exige julgamento profissional orientado por critérios quantitativos e qualitativos, podendo levar à emissão de opinião adversa mesmo quando as distorções estejam restritas a determinados elementos, desde que comprometam o entendimento das demonstrações como um todo.
- (D) A impossibilidade de obtenção de evidência suficiente e apropriada conduz à emissão de opinião adversa, independentemente da relevância ou da generalização dos efeitos sobre as demonstrações contábeis.
- (E) No setor público, em razão da função informacional ampliada das demonstrações contábeis, a NBC TA 705 afasta a aplicação de critérios de materialidade, substituindo-os integralmente por juízos qualitativos vinculados à legalidade do gasto.

63

Durante a fase de execução da auditoria interna governamental, o Auditor deve aplicar testes e procedimentos para coletar evidências que fundamentem sua opinião sobre o objeto auditado.

Sobre a aplicação de testes de controle, procedimentos substantivos e técnicas de auditoria, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os testes de controle são desenhados para verificar a fidedignidade das operações e a exatidão dos saldos contábeis, enquanto os procedimentos substantivos focam exclusivamente na efetividade operacional dos controles internos.
- (B) A técnica de confirmação externa (circularização) é a obtenção de declaração formal de partes externas à Unidade Auditada, sendo considerada, geralmente, mais confiável do que a evidência gerada internamente, por provir de fonte independente.
- (C) O procedimento de recálculo visa verificar a exatidão matemática de operações e, por ser uma técnica exata, é suficiente para comprovar, de forma isolada, a validade e a legitimidade dos algoritmos que compõem as bases examinadas.
- (D) A observação diferencia-se da inspeção física porque a primeira foca no exame de registros, documentos ou ativos tangíveis para verificar sua existência, enquanto a segunda consiste no exame de um processo executado por outros.
- (E) Os procedimentos analíticos são aplicados apenas na fase de planejamento, sendo vedada sua utilização como procedimento substantivo durante a fase de execução para avaliar relações entre dados financeiros e não financeiros.

64

O Regime de Responsabilidade Financeira dos Gestores Públicos (RFGP) da França e a reforma do Tribunal de Contas da União, com a Instrução Normativa nº 84/2020 e a Decisão Normativa nº 198/2022, racionalizaram o julgamento de contas ordinárias, permitindo a dispensa do julgamento formal com base em critérios de materialidade orçamentária e patrimonial.

Essa mudança prioriza casos mais relevantes e integra o exame das contas de gestão com as do chefe do Executivo, fortalecendo a visão sistêmica e a utilidade do processo de contas.

No que diz respeito à correlação entre o modelo francês de responsabilização e os reflexos para o contexto brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambos os sistemas caminham para a consolidação do "julgamento universal", segundo o qual a eficácia do controle externo depende da análise anual obrigatória e do julgamento formal das contas de todos os gestores públicos, independentemente da materialidade ou do risco.
- (B) A reforma francesa, ao extinguir a responsabilidade automática por falhas formais e focar em infrações graves com dano concreto, dialoga com a estratégia brasileira de seletividade, exemplificada pela dispensa de julgamento formal de unidades com baixa materialidade para concentrar esforços em casos de maior impacto fiscal.
- (C) Diferente do modelo francês, que criou câmaras especializadas para separar as funções de instrução e julgamento, o sistema brasileiro possui plena harmonia institucional, na qual a sobreposição de fluxos procedimentais entre auditores e julgadores é considerada a principal salvaguarda do devido processo legal.
- (D) A auditoria financeira, no contexto de ambos os países, é tratada como uma fase meramente instrutória e burocrática, cuja ausência não compromete a qualidade técnica do parecer prévio ou do julgamento das contas de gestão, visto que o foco reside exclusivamente na legalidade formal dos atos.
- (E) O modelo de "agente de fato" introduzido pelo RFGP francês, que permite a responsabilização de quem exerce gestão sem nomeação formal, é incompatível com o ordenamento brasileiro, que restringe a jurisdição dos Tribunais de Contas apenas aos ordenadores de despesa formalmente designados.

65

No contexto da Gestão de Riscos Corporativos, especificamente aplicada a processos complexos como as Encomendas Tecnológicas (ETEC), a eficácia da governança pública depende da execução rigorosa do processo de gestão de riscos.

Com base nas orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e nos princípios de gestão de riscos, assinale a opção que descreve corretamente a relação entre as etapas de análise, de avaliação e de tratamento (resposta) dos riscos.

- (A) A *análise de riscos* é a etapa em que o gestor exerce sua discricionariedade para eleger quais riscos serão mitigados, baseando-se exclusivamente no critério de custo-benefício, independentemente do nível de probabilidade e impacto apurado.
- (B) Na *estratégia de transferência de risco*, a organização busca reduzir a probabilidade de ocorrência do evento a zero, utilizando controles internos e planos de contingência para garantir que o impacto não afete os objetivos institucionais.
- (C) O *mapa de riscos* é a ferramenta contratual, refinada na negociação entre as partes, que tem por objetivo dividir as responsabilidades e os ônus financeiros decorrentes de eventos de álea extraordinária, como o risco tecnológico, entre contratante e contratado.
- (D) A *avaliação de riscos* compara o nível de risco identificado na análise (produto entre probabilidade e impacto) com o limite de exposição ou tolerância ao risco da organização, sendo que riscos que excedem esse limite não são obrigatoriamente objeto de mitigação se as ações de tratamento não forem viáveis ou vantajosas.
- (E) A *mensuração da probabilidade* na análise de riscos deve ser realizada de forma estritamente quantitativa, utilizando indicadores numéricos e estatísticos históricos, visto que a concepção técnica ou qualitativa do gestor é insuficiente para fundamentar a tomada de decisão em cenários de incerteza.

66

No que se refere ao planejamento da Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) e ao planejamento dos trabalhos individuais, considerando o entendimento da entidade, a avaliação da maturidade dos riscos e a definição dos elementos fundamentais da auditoria, assinale a afirmativa correta.

- (A) O planejamento de auditoria é um processo estático, o que impede a realização de ajustes ou modificações durante a execução dos trabalhos, devendo a equipe seguir o plano original independentemente de novas informações ou mudanças no contexto.
- (B) Na etapa de entendimento da Unidade Auditada, a abordagem *top-down* inicia-se pelo exame detalhado das atividades operacionais e tarefas individuais, agregando-as posteriormente em processos para determinar os objetivos organizacionais.
- (C) Se a Unidade Auditada apresentar uma gestão de riscos inexistente ou incipiente, a UAIG deve obrigatoriamente utilizar o cadastro de riscos da gestão como fonte primária para a seleção dos trabalhos, independentemente da confiabilidade dos dados.
- (D) Os objetivos do trabalho de auditoria consistem essencialmente nas questões a que a auditoria pretende responder, enquanto o escopo define os limites da auditoria e o critério representa o padrão utilizado para avaliar se o objeto atende ao desempenho esperado.
- (E) A definição do universo de auditoria deve ser realizada antes da etapa de entendimento da unidade, garantindo que a lista de objetos auditáveis seja independente dos objetivos estratégicos e dos sistemas de gestão empregados pela entidade.

67

No que se refere aos papéis de trabalho na atividade de auditoria interna governamental, considerando as normas sobre sua elaboração, classificação, guarda e política de acesso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os papéis de trabalho devem ser elaborados concomitantemente à realização do trabalho, pois a documentação levantada durante a execução tende a ser mais precisa do que a elaborada posteriormente, devendo ter abrangência suficiente para suportar as conclusões alcançadas.
- (B) Quanto à classificação, os papéis de trabalho do tipo corrente são aqueles que contêm informações de natureza perene, como o regimento interno e o estatuto da Unidade Auditada, servindo de consulta para múltiplos trabalhos de auditoria.
- (C) Por razões de transparência pública, a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) deve garantir acesso irrestrito a qualquer servidor da unidade auditada aos papéis de trabalho, sendo vedada a imposição de restrições baseadas em segredo de justiça ou informações pessoais.
- (D) O atributo da concisão determina que o auditor deve reunir o maior volume possível de cópias simples de documentos da gestão, independentemente de haver análise técnica sobre eles, para garantir que o processo seja considerado completo.
- (E) A política de retenção e guarda dos papéis de trabalho estabelece que os documentos devem ser eliminados imediatamente após a emissão do relatório final, visando à economia de espaço físico e à segurança cibernética da organização.

68

A Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, motivada por recentes escândalos de desvio de verbas de gabinete e falta de transparência em processos licitatórios, decidiu instaurar um moderno Programa de Integridade e reformular seus mecanismos de governança.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE), em auditoria operacional, recomendou que o órgão não se limitasse ao controle de conformidade (adesão às regras jurídicas e contábeis), mas que desenvolvesse uma cultura de controle de desempenho, voltada para a eficácia da gestão e para o atendimento das necessidades da sociedade. Para isso, a Mesa Diretora da Assembleia buscou integrar os três pilares da governança: liderança, estratégia e controle. No entanto, enfrentou resistência interna de setores que alegam que o *compliance* é uma prática estritamente voltada ao setor privado e que a transparência excessiva pode engessar o processo legislativo.

Para a implementação desse sistema, considerando as diretrizes de governança e integridade pública, assinale a opção que descreve a abordagem tecnicamente correta.

- (A) A Assembleia deve focar exclusivamente na dimensão repressiva, pois a eficácia do combate à corrupção depende estritamente do aumento da severidade e da probabilidade da punição para desestimular condutas disfuncionais.
- (B) O programa de integridade deve priorizar o cumprimento formal da legislação vigente (*compliance* formal), uma vez que a observância de padrões éticos que transcendem o texto legal não possui aplicabilidade ou validade no âmbito da administração pública direta.
- (C) Para ser efetivo, o sistema de governança deve se basear na segregação entre os órgãos de controle interno e a alta direção, evitando que o presidente e os deputados participem ativamente da comunicação das políticas de integridade, sob risco de conflito de interesses.
- (D) A Assembleia deve estruturar canais de denúncia que garantam o anonimato e sejam dotados de mecanismos de proteção contra retaliação, devendo o sistema de *compliance* ser reportado ao órgão hierárquico mais elevado para garantir independência e autoridade.
- (E) A implementação do programa de integridade no Poder Legislativo deve se restringir à transparência passiva, visto que a ideia de responsabilidade corporativa é um conceito que, embora útil para empresas estatais, não pode ser transposto para órgãos públicos que não adotam a forma societária.

69

No âmbito das contratações públicas de inovação e seguindo as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, a elaboração e a utilização de instrumentos de gestão de riscos exigem a diferenciação clara entre o planejamento interno e a pactuação contratual.

Sobre a *Matriz de Alocação de Riscos* e o *Mapa de Riscos*, assinale a afirmativa correta.

- (A) O *Mapa de Riscos* é o documento que integra o contrato e tem como função precípua dividir as responsabilidades entre contratante e contratado, devendo ser assinado por ambas as partes após a fase de negociação para garantir a segurança jurídica da álea extraordinária.
- (B) A *Matriz de Alocação de Riscos* é um documento opcional que, uma vez inserido no contrato, define o ponto de equilíbrio econômico-financeiro; eventos de álea extraordinária (como o risco tecnológico) previstos nesta matriz não permitem o pedido de reequilíbrio, exceto se os prejuízos excederem os limites de sinistro nela pactuados.
- (C) Na *Avaliação de Riscos*, a utilização da Matriz de Probabilidade x Impacto (Mapa de Calor) serve para identificar os riscos em nível trivial (verde) que devem, obrigatoriamente, receber planos de contingência, enquanto os riscos intoleráveis (vermelho) podem ser simplesmente aceitos pelo gestor devido ao apetite a risco organizacional.
- (D) A *Matriz de Alocação de Riscos* deve ser elaborada estritamente durante os Estudos Técnicos Preliminares (ETP), sendo vedada a sua alteração ou refinamento durante a fase de seleção e negociação com os fornecedores, para não ferir o princípio da isonomia.
- (E) O *Mapa de Riscos* deve ser elaborado apenas após a celebração do contrato, servindo exclusivamente para que o fiscal do contrato monitore o esforço de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da contratada, não possuindo utilidade na fase de planejamento da contratação.

70

No processo de execução de uma auditoria governamental, a obtenção de evidências e a aplicação de procedimentos de amostragem fundamentam a opinião do auditor. Os achados possibilitam a emissão de opinião por parte da UAIG sobre o objeto auditado, atendendo aos objetivos estabelecidos inicialmente para o trabalho de auditoria.

Com base nas normas técnicas sobre suficiência e adequação das evidências e os procedimentos para sua obtenção, assinale a afirmativa correta.

- (A) A *suficiência* é uma medida de qualidade da evidência, relacionando-se com a confiabilidade e relevância, enquanto a adequação refere-se exclusivamente à quantidade de informações coletadas.
- (B) As *informações testemunhais* (obtidas por entrevistas), de acordo com o grau de persuasão das evidências, são consideradas mais convincentes e seguras do que o exame físico ou a observação direta realizada pelo auditor.
- (C) A *amostragem probabilística* deve ser usada quando a finalidade do procedimento é obter conclusões que possam ser generalizadas para toda a população, exigindo que todos os itens tenham chance de seleção.
- (D) Os *procedimentos substantivos* são testes realizados com o objetivo principal de avaliar o desenho e a efetividade operacional dos controles internos da gestão, sem focar na exatidão dos dados.
- (E) O *risco de amostragem* é a possibilidade de o auditor chegar a uma conclusão adequada baseada na amostra, mas que seria diferente se o procedimento fosse aplicado a apenas 50% da população.

71

Em 2017, a sociedade empresária *Vanguarda S.A.*, do setor de infraestrutura, implementou um programa de *compliance* concorrencial após a publicação do "Guia de Programas de Compliance" do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Recentemente, a equipe de auditoria interna detectou que diretores da filial regional estavam trocando informações sensíveis sobre preços com concorrentes antes das licitações públicas, caracterizando indícios de conduta colusiva (cartel). O Conselho de Administração, ciente de que o programa de *compliance* da sociedade empresária inclui treinamento, canal de denúncias e apoio da alta direção, agora deve decidir como proceder perante a autoridade concorrencial.

Considerando as diretrizes de *compliance* concorrencial no Brasil, assinale a opção que apresenta, corretamente, a melhor estratégia sobre o tema.

- (A) A *Vanguarda S.A.* deve manter o ilícito em sigilo, pois o Cade não concede reduções ou benefícios em multas para empresas que já possuam programas de *compliance*, uma vez que a ocorrência do erro prova a ineficácia total do sistema.
- (B) A sociedade empresária pode buscar um acordo de leniência ou um Termo de Compromisso de Cessação (TCC), sendo que a rapidez na detecção e reporte do ilícito pelo programa de *compliance* garante prioridade e benefícios, como imunidade administrativa ou descontos significativos na multa.
- (C) O Cade garante automaticamente um desconto fixo de 10% no valor de qualquer condenação para empresas que possuam um código de conduta formalizado, independentemente do programa ter sido capaz de detectar o ilícito ou de haver comprometimento da alta direção.
- (D) O programa de *compliance* concorrencial da *Vanguarda S.A.* será considerado "robusto" pelo Cade se focar exclusivamente em manuais de ética estáticos, não sendo necessária a análise prévia de riscos específicos do mercado ou a independência do coordenador do programa.
- (E) A perseguição penal por cartel é inexistente no Brasil, de modo que a preocupação da *Vanguarda S.A.* deve ser estritamente administrativa, já que executivos não estão sujeitos a penas de prisão por envolvimento em acordos colusivos.

72

Sobre o Controle Interno, de acordo com o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), assinale a afirmativa correta.

- (A) É um fim em si mesmo, constituído por um conjunto estático de manuais e normas que garantem a segurança absoluta contra fraudes.
- (B) É um processo destinado a fornecer segurança razoável para o alcance de objetivos em categorias como operacional, divulgação e conformidade.
- (C) É uma atividade exclusiva dos órgãos de auditoria interna, que devem implementar os controles para mitigar riscos de gestão.
- (D) Trata-se de um sistema focado na identificação de erros contábeis, sem relação com a estrutura de governança ou o planejamento estratégico.
- (E) É um mecanismo de fiscalização externa que substitui a responsabilidade dos gestores pela condução de processos organizacionais.

73

As atividades de avaliação contínua (monitoramento) têm o objetivo de avaliar se os Sistemas de Controle Interno (SCI) continuam a operar de forma eficaz ao longo do tempo.

De acordo com as avaliações para verificar a presença e o funcionamento dos componentes, assinale a afirmativa correta.

- (A) As avaliações contínuas são conduzidas periodicamente pela auditoria interna para fornecer feedback objetivo, enquanto as avaliações separadas são incorporadas às operações normais do dia a dia.
- (B) O monitoramento deve ignorar a taxa de variação dos processos de negócio para garantir que todos os departamentos sejam avaliados com a mesma frequência anual, independentemente do risco.
- (C) As avaliações contínuas atuam como a primeira linha de defesa e estão embutidas nas operações diárias, enquanto as avaliações separadas variam em escopo e frequência dependendo do nível de risco e da taxa de mudança.
- (D) A eficácia do monitoramento depende exclusivamente da terceira linha de defesa (auditoria interna), sendo vedado à administração realizar qualquer tipo de avaliação própria sobre os controles.
- (E) As deficiências identificadas no monitoramento devem ser mantidas em sigilo dentro da unidade avaliada até que sejam completamente sanadas, evitando o reporte imediato à alta administração.

74

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou um Relatório de Levantamento (Acórdão nº 1751/2025) com o objetivo de avaliar o uso do *Índice Multidimensional de Pobreza* (IMP) como ferramenta para identificar fragilidades em políticas públicas.

Considerando as normas técnicas aplicáveis ao processo de auditoria no setor público, as especificidades dos instrumentos de fiscalização e o conteúdo do referido processo, quanto ao desenvolvimento do plano de auditoria e à execução dos trabalhos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A realização de levantamento, como instrumento de fiscalização, prescinde de uma análise de riscos detalhada, como a SWOT ou a Matriz de Riscos (DVR), uma vez que seu objetivo é meramente descritivo e não visa à produção de propostas de fiscalizações futuras.
- (B) No desenvolvimento do Plano de Auditoria para fiscalizações, a escolha das dimensões de um "IMP de controle externo" deve priorizar a abordagem participativa, consultando diretamente a população-alvo, visando garantir a legitimidade democrática do índice, apesar do alto custo operacional.
- (C) Ao executar o levantamento, a equipe técnica identificou que a construção de um IMP de controle externo, na ausência de um índice oficial do governo, deve seguir uma abordagem consensual, o que confere legitimidade e economia processual ao planejamento das fiscalizações.
- (D) De acordo com as normas de execução de auditoria, a identificação de "resistência institucional histórica" em órgãos como o Ipea e o MDS deve ser tratada como uma observação irrelevante para o planejamento de auditorias operacionais, pois o foco do controle externo deve ser financeiro e orçamentário.
- (E) A autorização para a inclusão de propostas de fiscalização nos futuros planos de auditorias obriga a execução imediata das ações fiscalizatórias em todos os municípios identificados com privações e situação de vulnerabilidades, independentemente de critérios de conveniência e oportunidade.

75

A Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) revisou sua estrutura normativa para melhorar a qualidade técnica e a autoridade de seus pronunciamentos, resultando no INTOSAI *Framework of Professional Pronouncements* (IFPP).

Sobre a organização e a natureza das normas que compõem esse novo marco (ISSAI, INTOSAI-P e GUID), assinale a afirmativa correta.

- (A) As normas internacionais (ISSAI) possuem autoridade jurídica superior às leis e regulamentos nacionais, devendo ser aplicadas pelos órgãos de controle mesmo quando conflitam com o ordenamento jurídico pátrio.
- (B) O marco (IFPP) é organizado em três grupos: os Princípios da INTOSAI (INTOSAI-P), que incluem as Declarações de Lima e do México; as Normas ISSAI, que são os padrões de auditoria; e as Orientações (GUID), que fornecem guias não obrigatórios.
- (C) A ISSAI 100 é um documento voltado exclusivamente para a auditoria financeira, enquanto a ISSAI 400 estabelece as diretrizes operacionais e detalhadas para a execução diária de auditorias de conformidade.
- (D) Os documentos de orientação (GUID) possuem o mesmo peso normativo que as ISSAIs, sendo obrigatórios para todas as Entidades Fiscalizadoras Superiores que desejam manter o *status* consultivo na ONU.
- (E) A ISSAI 4000 representa o nível mais elevado da estrutura (Nível 1), consolidando os princípios fundamentais da estrutura de controle externo conhecidos como a "Magna Carta" da auditoria governamental.

76

De acordo com a Resolução Conaci nº 003/2022 que aprovou a "Declaração de Posicionamento" dos Órgãos Centrais do Sistema de Controle Interno (SCI), assinale a opção que indica a quem cabe a responsabilidade primária pelo Controle Interno em uma organização e como ele é definido.

- (A) À unidade de Auditoria Interna, exclusivamente. / O conjunto de normas de fiscalização financeira.
- (B) Aos órgãos de controle externo, como os Tribunais de Contas. / As ações que garantem a legalidade dos atos administrativos.
- (C) Cabe à estrutura de governança e ao gestor maior da organização. / O processo conduzido por pessoas para alcançar os objetivos organizacionais.
- (D) Cabe aos profissionais de nível operacional. / São manuais de políticas e sistemas informatizados de conferência.
- (E) Ao Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI). / Os controles implementados em todos os entes federativos.

77

O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade (PGMQ) da atividade de auditoria interna governamental, previsto no Referencial Técnico aprovado pela IN SFC nº 3/2017 e regulamentado, no âmbito da CGU, pela Portaria nº 363/2020, é um instrumento para o fortalecimento da governança e da *accountability* no setor público.

Considerando esse marco normativo e o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) do IIA, assinale a afirmativa correta.

- (A) O PGMQ limita-se à avaliação da qualidade dos relatórios finais de auditoria, não abrangendo as fases de planejamento, execução e monitoramento das recomendações.
- (B) As avaliações externas de qualidade previstas no PGMQ devem ser realizadas exclusivamente por auditores internos da própria unidade, como forma de preservar o conhecimento institucional.
- (C) O IA-CM é utilizado no PGMQ apenas como instrumento opcional de capacitação, não sendo admitido como referência metodológica para avaliações formais de qualidade.
- (D) O PGMQ contempla avaliações internas e externas de qualidade, sendo que as avaliações externas, realizadas ao menos a cada cinco anos, irão aferir o nível de capacidade da atividade de auditoria interna.
- (E) A declaração de conformidade dos relatórios de auditoria com normas internacionais independe dos resultados do PGMQ, por se tratar de juízo discricionário do auditor chefe.

78

No contexto da Metodologia de Gestão de Riscos da Controladoria-Geral da União (CGU), o gerenciamento de riscos é um processo sistemático voltado para apoiar o alcance dos objetivos institucionais.

Sobre as etapas de identificação, análise e tratamento de riscos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na identificação de riscos, a equipe técnica deve buscar eventos que possam evitar, atrasar, prejudicar ou impedir o cumprimento dos objetivos, podendo usar "problemas do passado" como ponto de partida para a lista de riscos futuros.
- (B) Na análise de riscos são definidas exclusivamente as respostas aos riscos, visando adequar seus níveis ao apetite estabelecido, sem a necessidade de identificar causas ou consequências.
- (C) Os riscos identificados devem ser obrigatoriamente classificados em três categorias: operacional, financeiro e orçamentário, sendo vedada a criação de novas categorias pelo Núcleo de Gestão de Riscos (NGRI).
- (D) O cálculo do risco inerente consiste em mensurar o nível de risco a que a organização está exposta após a implementação e o funcionamento efetivo de todos os mecanismos de controle interno.
- (E) A opção de tratamento evitar é aplicada quando o risco é classificado como baixo, indicando que a organização deve encerrar o processo organizacional por não possuir apetite a qualquer incerteza.

79

Considerando o Modelo de Três Linhas do IIA e as definições de Auditoria Interna, assinale a opção que apresenta a função correta da Auditoria Interna (3ª linha) e sua relação com a gestão.

- (A) A Auditoria Interna deve assumir responsabilidades de gestão para assegurar que os riscos sejam mitigados prontamente.
- (B) A Auditoria Interna desempenha atividades independentes e objetivas de avaliação e consultoria, sem assumir responsabilidades que sejam da gestão.
- (C) A função da Auditoria Interna é estabelecer as estratégias de gerenciamento de riscos e implementar os controles internos necessários.
- (D) A Auditoria Interna deve estar focada, como terceira linha, exclusivamente em punir desvios éticos e financeiros dos gestores de primeira linha.
- (E) A Auditoria Interna deve atuar na supervisão direta dos processos de compras e recursos humanos, aprovando cada etapa da execução.

80

No âmbito da Tomada de Contas Especial (TCE), o acompanhamento das medidas corretivas adotadas pelo órgão ou entidade instauradora constitui atribuição relevante do Sistema de Controle Interno (SCI).

Sobre o SCI, à luz da legislação e das orientações normativas vigentes, assinale a afirmativa correta.

- (A) O controle interno deve apenas certificar formalmente os processos de TCE, sendo vedada a devolução dos autos ao órgão instaurador para correção ou complementação de informações.
- (B) O controle interno atua exclusivamente após o julgamento do processo pelo Tribunal de Contas, limitando-se a acompanhar a execução das determinações exaradas.
- (C) O controle interno avalia a adequada apuração dos fatos, a correta identificação dos responsáveis, a quantificação do dano e acompanha a adoção de medidas corretivas, podendo devolver o processo para ajustes.
- (D) Ao controle interno cabe apenas a instauração da TCE e a instrução inicial do processo, porque o acompanhamento de medidas corretivas é atribuição exclusiva do Tribunal de Contas competente.
- (E) O controle interno pode acompanhar medidas corretivas apenas nos casos de omissão no dever de prestar contas, sendo vedada sua atuação nos demais fatos ensejadores de TCE.

QUESTÃO DISCURSIVA

Durante uma Auditoria Interna realizada no âmbito da Assembleia Legislativa, foram identificadas fragilidades relevantes no sistema de controle interno de determinado setor responsável por contratações administrativas.

Constatou-se, entre outros pontos,

- I. a inexistência de matriz formal de riscos aplicada aos processos de contratação;
- II. a segregação inadequada de funções entre planejamento, execução e fiscalização contratual;
- III. falhas na documentação e no monitoramento dos contratos; e
- IV. a ausência de procedimentos estruturados de integridade e de canais internos eficazes para reporte de irregularidades.

Considerando o papel do Especialista Legislativo, as normas de controle interno aplicáveis ao setor público, o Modelo COSO, as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBC-TSP) e a legislação pertinente,

Elabore uma análise fundamentada sobre *controle interno*, abordando os seguintes itens.

- A) A relevância do sistema de controle interno e da gestão de riscos, para a governança no Poder Legislativo.**
- B) A adequação (ou inadequação) das práticas identificadas à luz do Modelo COSO e da auditoria baseada em riscos.**
- C) Os impactos dessas fragilidades para a legalidade, a integridade e a *accountability* da gestão.**
- D) As medidas técnicas e institucionais que deveriam ser adotadas para corrigir as falhas identificadas e fortalecer o sistema de controle interno.**

RASCUNHO

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

30 horizontal dashed lines for writing.

Realização

